

3.1.2 A PESCA NO LITORAL NORTE

Apesar da modesta participação da Região Nordeste e do Estado de Pernambuco na produção pesqueira nacional – 11,7% e 0,5%, respectivamente, no período de 1980-1994 (Paiva, 1997, p.29) – a pesca desempenha importante papel na sobrevivência das comunidades do Litoral e Zona da Mata Pernambucana.

O sistema de pesca predominante no Litoral de Pernambuco é o artesanal que, no ano de 1998, respondeu por 99,0% da produção total de pescado (estuarino e marítimo) do Estado (IBAMA, 1999). A maior parte dessa produção provém do Litoral Norte, onde existem várias comunidades pesqueiras. À exceção de Itamaracá e Ponta de Pedras onde a pesca marítima ou *no mar de fora* é a mais expressiva, nas demais comunidades predomina a pesca em rios, estuários e águas litorâneas ou *no mar de dentro* (Silva e Carvalho, 1996, p. 19).

A predominância da pesca estuarina sobre a marítima, na área em apreço, decorre do fato de esse trecho do litoral pernambucano concentrar 15 935,4 ha de áreas estuarinas (61,6% do total do Estado), com destaque para os rios Goiana, Megaó e Itapessoca que, juntos, detêm 55,1% das áreas estuarinas do Litoral Norte (FIDEM, 1987; Bryon, 1994), além de o espaço em causa contar com áreas dotadas de alta produtividade primária e secundária, a exemplo do Canal de Santa Cruz (Macedo et alii, 2000, p. 10).

Dentre as espécies mais capturadas no Litoral Norte, em 1998 (tabela 09), sobressaem, por ordem decrescente de importância, *manjuba* (em Itapissuma e Goiana), *ostra* (em Itapissuma), *saramonete* (em Goiana, Itamaracá e Paulista), *camarão* (em Itapissuma e Goiana), *marisco* (em Goiana), *budião* (em Goiana e Itapissuma), *tainha* (em Goiana e Itapissuma), *boca torta* (em Itapissuma), *sapuruna* (em Goiana e Itamaracá), *sardinha* (em Goiana e Itapissuma), *biquara* (em Goiana, Itamaracá e Paulista), *xaréu* (em Goiana e Itamaracá), *papuda* (em Goiana) e *sauna* (em Itapissuma). De acordo com o Boletim Estatístico do IBAMA publicado em agosto de 1999, o Litoral Norte contribuiu, no ano de 1998, com 61,1% da produção de pescado estuarino e marítimo do Estado. No conjunto dessa produção, o município de Itapissuma participou com 50,8%, e o de Goiana, com 32,1%.

TABELA 09 - PRODUÇÃO DE PESCADO MARINHO E ESTUARINO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE, SEGUNDO AS ESPÉCIES MAIS CAPTURADAS NO ANO DE 1998

ESPÉCIES \ MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO PESQUEIRA (EM TONELADAS)						
	Goiana	Itamaracá	Itapissuma	Igarassu	Paulista	Litoral Norte	Pernambuco
Biquara	29,7	14,8	0	0,1	13,3	57,9	123,8
Boca Torta	0	0	97,6	0	0	97,6	97,6
Budião	84,3	4,8	39,1	0,4	5,4	134	155,2
Camarão	25	1	126,4	0,6	0,2	153,2	276,2
Cambuba	27,7	1,2	7,2	2,7	4,7	43,5	53,5
Caranguejo	32,3	0	0	0	0	32,3	97,5
Espada	3,8	1,1	25,5	0,2	0,7	31,3	33,4
Manjuba	41,3	1,5	526	0,4	0,3	569,5	574,2
Marisco	143	0	0	0	0	143	157,6
Ostra	0,1	0	525,3	0	0	525,4	525,4
Papuda	42,8	1	0	4	1,7	49,5	51,5
Sapuruna	56,9	23,3	0	0	17,3	97,5	124,6
Saramunete	182,9	82,4	0	0	57,4	322,7	431,1
Sardinha	57	3,4	34,1	0	0,1	94,6	95,1
Saúna	4,6	0,5	43,5	0,4	0,4	49,4	66,4
Siri	19,4	0,8	0	0,1	0	20,3	23,8
Tainha	51,9	5,1	43,8	5	4,6	110,4	170,1
Xaréu	35,4	14,7	0,5	0	1,8	52,4	58,6
SUBTOTAL	838,1	155,6	1 469,0	13,9	107,9	2 584,5	3 113,8
OUTROS	202,5	104,4	179	5,8	168,9	660,6	2 193,4
TOTAL	1 040,6	260	1 648,0	19,7	276,8	3 245,1	5 307,2
PARTICIP. (%) NA PROD. LIT. NORTE	32,1	8	50,8	0,6	8,5	100	-

FONTE: IBAMA. Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Estado de Pernambuco 1998. Tamararé, agosto de 1999.

De acordo com o local em que desenvolvem a atividade pesqueira, as comunidades do Litoral Norte podem ser divididas em três subgrupos: a) comunidades que pescam no Canal de Santa Cruz e estuários adjacentes; b) comunidades que pescam nos estuários dos rios Goiana, Megaó e Itapessoca e; c) comunidades que pescam no estuário do rio Timbó.

No subgrupo “a” (comunidades que pescam no Canal de Santa Cruz e estuários adjacentes), incluem-se as comunidades localizadas nas áreas urbanas e no entorno rural de Itapissuma e Igarassu, na povoação de Atapuz e adjacências e em Vila Velha (Itamaracá). Em Itapissuma, 70% da população depende direta ou indiretamente da pesca. Segundo a Colônia Z-10, ali situada, o município tem cerca de quatro mil pescadores permanentes, além de um grande número de pescadores temporários e eventuais. Em Atapuz, o contingente que pesca o ano inteiro atinge 90%.

O subgrupo “b” (comunidades que pescam nos estuários dos rios Goiana, Megaó e Itapessoca) abrange as comunidades de Baldo do Rio, Tejucofapo, São Lourenço, Ibeapicu, Carrapicho, Carne de Vaca, Catuama e Barra de Catuama, localizadas no município de Goiana e, na maior parte, constituídas por moradores da periferia dos núcleos urbanos, de aglomerados rurais e de sítios de coco.

No subgrupo “c” (comunidades que pescam no estuário do rio Timbó), inserem-se as comunidades residentes na área urbana de Abreu e Lima (Bairros Matinha, Fosfato, Planalto e Caetés III); nos sítios de Inhamã, Cueira, Belenga, Porto Jatobá, Porto de Baixo, Forno da Cal, Córrego do Ouro e Jaguaribe (localizados nos municípios de Igarassu, Abreu e Lima e Paulista) bem como na periferia urbana de Paulista.

A pesca estuarina é praticada por homens, mulheres e crianças. As mulheres fazem coleta de *moluscos* (*marisco*, *ostra*, *sururu*) *caranguejo* e *siri*, no Canal de Santa Cruz e nos estuários acima mencionados. A coleta é feita, em geral, a pé e com utilização de técnica manual e instrumentos simples (foice, estilete, espeto de madeira e a própria mão). Os homens pescam nos rios, estuários e no mar de dentro, utilizando embarcações a remo ou a vela (canoa ou baiteira e jangada), confeccionadas em madeira (foto 15) bem como redes de cerco, de espera e mangote, jereré e tarrafa (IBAMA, 1998). Nos estuários, capturam *manjuba*, *tainha*, *carapeba*, *camurim*, *boca torta* e *camarão* e, nas águas litorâneas, *xaréu*, *espada*, *camarão grande*, *sardinha*, *budião*, entre outras espécies.



FOTO 15 – Baiteiras utilizadas na pesca artesanal (no primeiro plano). Por trás, vista parcial da vila de pescadores de Atapuz (Goiana).

O desembarque da produção pesqueira estuarina é realizado em ancoradouros das colônias (em Itapissuma e Atapuz) ou em pontos localizados próximo às comunidades de pescadores, tais como: Porto de São Lourenço (no rio Megaó), Porto do Fraga, Porto Cajazeira e Porto do Ferreira (no rio Itapessoca), Porto de Barra de Catuama, Porto do Marco de Pedra, Porto dos Marcos e Porto de Vila Velha (no Canal de Santa Cruz), portos do Vasco, do Trapiche, do Ascindino, do Machado, da Antena e Beira-Mar I (no rio Igarassu), Porto de Nova Cruz, Porto Jatobá e Porto de Baixo (no rio Timbó), conforme informações fornecidas pelo Centro Josué de Castro (Programa Capacitação Solidária).

Afora os portos acima citados, que não passam de simples ancoradouros (foto 15), a área possui um pequeno estaleiro - Estaleiro do Cambocim (foto 16) - que funciona como oficina de conserto de embarcações. Localiza-se em Itapissuma, ao lado do Sítio Canto Alegre, na periferia sul da cidade, onde existem várias *caixaras* (casas de madeira cobertas com folha de coqueiro), utilizadas pelos pescadores para guardar os apetrechos de pesca (foto 17).

Além de contribuir na alimentação das famílias que praticam a atividade, o pescado capturado na área abastece o mercado local, grande parte da Região Metropolitana do Recife e do interior do Estado. O peixe maior é vendido, sem beneficiamento, em mercados públicos, bares e restaurantes, em peixarias e nas praias, por um grande número de ambulantes.

A pesca é realizada em equipe de dois a seis pescadores que dividem, entre si, o produto da pescaria. Não dispendo dos meios de produção (embarcação e redes), a maior parte dos pescadores alugam-nos de um proprietário de barco, em geral comerciante de pescado, ao qual se obrigam a vender a produção comercializável. Este, por sua vez, tanto vende o produto diretamente ao consumidor como em grosso, iniciando, neste caso, uma cadeia de intermediação em que o produto pode chegar ao consumidor final por preço até dez vezes superior ao recebido pelo pescador (Lima e Quinamo, 2000, p. 201).

Lima e Quinamo (idem, p. 205) constataram que o fato de o pescador não ser proprietário da embarcação e das armadilhas utilizadas na pesca tem implicações não só na renda que o mesmo aufera na atividade pesqueira – cerca de $\frac{3}{4}$ dos pescadores [do Canal de Santa Cruz] com renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo pescam em embarcação de terceiros – mas, também, no acesso ao mercado (que se dá via proprietário dos equipamentos cedidos) e nas relações do pescador com o meio ambiente. Ao perder o poder de decisão sobre os equipamentos utilizados (tamanho da malha da rede e tipo de pescaria), o pescador é induzido à prática de pesca predatória (uso excessivo de rede de malha fina, pesca do camarão durante o defeso etc.), para melhorar a renda familiar.

O problema da comercialização agrava-se nos períodos em que cai a procura do pescado e o proprietário da embarcação recebe apenas o produto correspondente ao aluguel dos equipamentos. Sem meios para estocar ou beneficiar o peixe maior, o pescador vê-se obrigado a comercializá-lo por qualquer preço.



FOTO 16 – Estaleiro do Cambocim (Itapissuma).



FOTO 17– Caiçara utilizada pelos pescadores para guarda dos apetrechos de pesca.

Silva e Carvalho, em pesquisa realizada para o PRORENDA RURAL (1996, p. 32), constataram que, dos 289 pescadores entrevistados no Litoral Norte, 64,5% não estocavam o pescado antes da venda. A maior parte das comunidades da área não possui freezer. Estes, quando existem, são sobrecarregados e o produto, quase sempre mal acondicionado, deteriora-se, perdendo a qualidade. O caráter rudimentar das embarcações, a inexistência de fábrica de gelo nas colônias/associações e o baixo nível de capacitação do pescador para processamento do pescado são alguns dos fatores que contribuem para o baixo rendimento da pesca estuarina no Litoral Norte.

O beneficiamento praticado pelas comunidades em análise abrange apenas o peixe pequeno, especialmente a *manjuba*. Consiste em salga e secagem do peixe ao sol, em *giraus* ou na calçada, obtendo-se o “peixe seco-salgado” ou “caico” que é adquirido pelos atravessadores para revenda em Recife (no Mercado de São José) ou nas feiras do interior do Estado. Esse tipo de beneficiamento, que é bastante utilizado em Itapissuma, Atapuz e Carne de Vaca (em Goiana), apresenta-se deficiente, por deixar o produto exposto a moscas e à ação bacteriana. Embora o Município de Itapissuma conte com uma unidade de beneficiamento instalada pela Prefeitura, em 1998, com recursos do PED, a mesma vem sendo utilizada por poucos pescadores.

No caso do camarão, o beneficiamento consiste em pré-cozimento seguido de imersão em água e sal por um período de 24 horas e secagem ao sol, em grades de madeira. Essa atividade é, em geral, realizada por mulheres e crianças (Silva e Carvalho, 1996, p. 32). Tal como ocorre com o peixe maior, a comercialização do peixe e do camarão salgados tem forte participação do intermediário, encarecendo o produto para o consumidor e reduzindo o rendimento do pescador. A presença marcante do intermediário no setor decorre da “falta de um sistema de escoamento da produção, associada à inexistência de infra-estrutura adequada ao beneficiamento e comercialização do pescado” (Idem, p. 34).

A produção das marisqueiras também recebe um primeiro beneficiamento que, no caso da ostra, é feito na borda do mangue e consiste em dispor o produto sobre o solo, cobrir com palha de coco seca e queimar até assar, para facilitar o descasque (foto 18). O beneficiamento dos demais produtos da mariscagem é feito no domicílio. Consiste em cozimento com sal e apresenta também problema de higiene e controle sanitário.



FOTO 18 – Beneficiamento artesanal de ostra na borda do mangue do Canal de Santa Cruz (Itamaracá), indicado pela fumaça (no centro da foto).

As comunidades que praticam a pesca estuarina no Litoral Norte estão na área de jurisdição das colônias Z-03 (Ponta de Pedras) Z-14 (Goiana-sede), Z-15 (Atapuz), Z-17 (Tejucupapo), todas no município de Goiana e Z-10 (Itapissuma) bem como da Associação de Pescadores de Porto Jatobá, no município de Abreu e Lima e da Associação de Pescadores e Moradores da Ilha de Itamaracá, no município de Itamaracá. À exceção da Colônia Z-10 que, na época da pesquisa (outubro de 1999), contava 2 665 associados, dos quais 70% eram mulheres, as demais têm um número relativamente pequeno de associados e apresentam índice elevado de inadimplência. A incipiência da prática associativista por parte das comunidades pesqueiras da área, está na base da falta de apoio à atividade, situação que, para ser revertida, requer o fortalecimento das colônias e associações existentes e a criação de cooperativas.

Dentre os problemas ambientais relacionados à pesca estuarina no Litoral Norte, sobressaem:

- 1) a *pesca predatória*, bastante praticada no Canal de Santa Cruz e nos estuários em geral, envolvendo: a) *pesca com bomba*, considerada por Lima e Quinamo (2000, p. 206) de “alto valor destrutivo, afetando a fauna, a flora e o substrato de fundo do Canal”; b) grande número de pessoas pescando; c) pesca com malha fina e rede de arrasto; d) pesca do camarão durante o defeso;
- 2) a *poluição dos rios e estuários* por esgoto doméstico e resíduos industriais (calda de usina, cloro e outros produtos) lançados diretamente nos estuários ou a montante destes bem como por agrotóxicos utilizados nas plantações de cana-de-açúcar e carreados pelos rios;
- 3) corte de mangue para instalação de viveiros e barragem da água da maré pelas obras de infra-estrutura dos projetos de carcinicultura, isolando trechos do manguezal e ocasionando a morte da vegetação;
- 4) a circulação intensa de embarcações motorizadas (lanchas e jet skis) nas bocas norte e sul do Canal de Santa Cruz e no trecho final do estuário do rio Timbó, sobretudo em fins de semana, afugentando os peixes, pondo em risco a vida dos pescadores e ameaçando a reprodução das espécies que realizam parte de seu ciclo de vida nos estuários (Lima e Quinamo, 2000, p. 206-209).

O efeito desse elenco de problemas nos ecossistemas estuarino e litorâneo tem sido o desaparecimento ou a redução do número de indivíduos de algumas espécies, motivando o aumento do esforço de pesca nesses ecossistemas. Com isso, o estoque de pescado, impedido de se recompor, reduz-se em tamanho e quantidade (Silva e Carvalho, 1996, p. 21), com riscos de comprometimento da sobrevivência das comunidades pesqueiras do Litoral Norte, hoje, bastante descaracterizadas enquanto tais.

A *pesca marítima* ou de mar de fora, no Litoral Norte, predomina entre as comunidades pesqueiras de Itamaracá, Ponta de Pedras e Pau Amarelo – áreas de jurisdição das colônias de pescadores Z-11, Z-03 e Z-02, respectivamente. A primeira congrega pescadores das áreas urbanas de Itamaracá e Itapissuma; a segunda, pescadores de Ponta de Pedras, Catuama, Barra de Catuama, Carne de Vaca e São Lourenço de Tejucupapo; e a terceira, pescadores da área praieira de Paulista. Além da pesca em mar de fora, essas comunidades pescam no mar de dentro, sobretudo em “currais”.

A pesca marítima é realizada em barco motorizado e com uso de rede, linha e covo. Recentemente, o Banco do Nordeste financiou, através do PRORURAL, a aquisição de dezesseis barcos de fibra de vidro e cinco barcos de madeira para pescadores de Ponta de Pedras bem como de doze barcos de fibra de vidro para pescadores de Itamaracá, todos equipados com GPS, sonda, rede e rádio amador. Na pesca de mar de dentro são utilizados canoa (*baiteira*), rede de curral e covinho, dentre outros apetrechos. As espécies mais capturadas são: *saramonete*, *sapuruna*, *budião*, *abiquara*, *lagosta*, *cioba*, *dentão*, *garajuba*, *dourada*, *chicharro*, *bonito* e *agulha preta* (no mar de fora); *agulha branca*, *galo*, *xaréu*, *camarão*, *serra*, *espada*, *paru* e *sardinha* (no mar de dentro).

A comercialização do pescado se dá através da venda direta ao consumidor, no postos de venda existente nas colônias bem como ao atravessador que leva o produto para fora do município. Mais equipadas que as demais colônias do Litoral Norte, a Z-11 (Itamaracá) e a Z-03 (Ponta de Pedras) possuem câmara frigorífica e fábrica de gelo adquiridas com financiamento do Banco do Nordeste através do PRORURAL. A colônia Z-03 conta também com unidade de beneficiamento que produz peixe defumado, bolinho de peixe, *hamburguer*, lingüiça e filé de peixe e tem projeto de exportar tais produtos.

Essa atividade, além de contribuir para elevar a renda das comunidades pesqueiras de Ponta de Pedras, vem dinamizando o comércio da vila e incentivando o associativismo entre os pescadores, fato este atestado pela elevada participação nas reuniões da colônia e pelo pagamento da contribuição mensal à entidade por todos os associados. O fortalecimento da atividade, no entanto, requer medidas complementares tais como: padronização da apresentação dos produtos beneficiados (selo, data de fabricação, prazo de validade e outras informações), para venda no mercado externo. A conquista desse mercado constitui alternativa importante na geração de emprego e renda para as comunidades pesqueiras do Litoral Norte.

3.1.3 A DINÂMICA URBANA NO LITORAL NORTE

A dinâmica dos núcleos urbanos do Litoral Norte reflete tanto o dinamismo das atividades rurais como o das atividades urbanas - indústria e comércio - e, mais recentemente, o do turismo, sobretudo, na orla marítima onde essa atividade tem-se constituído elemento propulsor da urbanização.

O crescimento demográfico das cidades e vilas do Litoral Norte no período 1970-1991 oferece claras indicações da relação acima mencionada. Nesse sentido, a tabela 10 é bastante ilustrativa, possibilitando uma classificação preliminar dos núcleos urbanos da área, em quatro categorias, tomando-se como base os fatores propulsores do crescimento ou responsáveis pela estagnação dos mesmos. São as seguintes as categorias de núcleos identificadas:

- núcleos urbanos cuja população depende economicamente da cana-de-açúcar, do coco ou da pesca artesanal. Incluem-se nessa categoria as cidades de Itapissuma e Itaquitanga e as vilas de Araçoiaba (então, pertencente ao município de Igarassu), Nova Cruz e Três Ladeiras (no município de Igarassu), Ponta de Pedras e Tejucofapo (no município de Goiana). À exceção de Itapissuma que contava, em 1991, 14 101 habitantes, os demais núcleos urbanos da categoria, todos de pequeno porte, contavam, então, menos de 10 000 habitantes, dois dos quais (Nova Cruz e Ponta de Pedras), apresentando decréscimo dos respectivos contingentes demográficos, entre 1980 e 1991;

- núcleo urbano cuja população depende economicamente do trabalho na cana-de-açúcar e na indústria sucroalcooleira, da prestação de serviços básicos ou do comércio informal. Inclui-se nessa categoria a cidade de Goiana que, embora contando, em 1991, mais de 30 000 habitantes, apresenta baixo ritmo de crescimento e tendência à estagnação demográfica, reflexo da própria estagnação econômica do município;

núcleos urbanos que têm na indústria e no comércio a base de seu dinamismo econômico e demográfico. Incluem-se nessa categoria as cidades de Paulista, Abreu e Lima e Igarassu e as vilas de Navarro e Paratibe – estas últimas, em realidade, bairros da cidade de Paulista. Tais núcleos têm como propulsores de seu dinamismo a presença em seu espaço de dois distritos ou zonas industriais e de várias indústrias isoladas bem como da BR-101 que tem-se constituído indutora tanto da localização industrial como do comércio que se concentra às suas margens. O porte demográfico e as elevadas taxas de crescimento da maior parte desses núcleos urbanos, sobretudo, no período 1980-91, têm contribuído para a conurbação dos mesmos entre si e com a aglomeração urbana do núcleo metropolitano.